



RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
ANO BASE 2011



FACULDADE CAMPO REAL

Relatório de Autoavaliação Institucional

2011

SINAES

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

Guarapuava

2011

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1. | DADOS DA INSTITUIÇÃO | 02 |
| 2. | COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO-CPA | |
| 2.1 | Composição da CPA – Período 2010-2012..... | 02 |
| 2.2 | Atribuições da CPA..... | 03 |
| 3. | OBJETIVO DO RELATÓRIO FINAL DE AVALIAÇÃO INTERNA | 03 |
| 4. | REGULAMENTAÇÃO | 03 |
| 5. | SUBSÍDIOS | 04 |
| 6. | CONSIDERAÇÕES INICIAIS | 04 |
| 7. | DESENVOLVIMENTO | 06 |
| 7.1 | A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional..... | 06 |
| 7.2 | A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às Bolsas de Pesquisa, de Monitoria e demais modalidades..... | 09 |
| 7.2.1 | Ensino..... | 09 |
| 7.2.2 | Pesquisa..... | 11 |
| 7.2.3 | Extensão | 13 |
| 7.2.4 | Pós-Graduação | 15 |
| 7.3 | A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição à inclusão social, ao Desenvolvimento Econômico e Social, à Defesa do Meio Ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural | 17 |
| 7.4 | A Comunicação com a Sociedade..... | 20 |
| 7.5 | As Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico Administrativo, seu aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas condições de trabalho | 22 |
| 7.6 | Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e Representatividade dos Colegiados, sua Independência e Autonomia na relação com a Mantenedora, e a participação dos segmentos..... | 26 |
| 7.7 | Infraestrutura Física, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação | 28 |
| 7.8 | Planejamento e Avaliação, especialmente em relação aos Processos, Resultados e Eficiência da Autoavaliação Institucional..... | 32 |
| 7.9 | Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos | 34 |
| 7.10 | Sustentabilidade Financeira, tendo em vista o Significado Social da Continuidade dos Compromissos na Oferta da Educação Superior | 37 |
| 8. | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |

Relatório de Autoavaliação Institucional

2011

1. Dados da Instituição

Nome: Faculdade Campo Real – IES 5511

Caracterização da IES: Instituição privada com fins lucrativos

Estado: Paraná

Município: Guarapuava

2. Composição da Comissão Permanente de Avaliação – CPA

2.1 Composição da CPA

| MEMBROS | SEGMENTO QUE REPRESENTA |
|----------------------------------|--------------------------------|
| Sônia Maria Hey | Corpo Técnico-administrativo |
| Rosângela Rodrigues dos Santos | Corpo Técnico-administrativo |
| Ângela Daiane Mudryk | Corpo Técnico-administrativo |
| Daniel Alberto Machado Gonzales | Docente |
| Solange Staciaki de Souza | Docente |
| Patrícia Manente Melhem | Docente |
| Christian José Alves de Andrade | Discente |
| Sylvia Letícia Ianesco | Discente |
| Rogério Dias Regiani | Discente |
| Roni Antônio Garcia | Sociedade Civil |
| Silvano Simões Rocha | Sociedade Civil |
| Simone Marcelino Alves Borchardt | Sociedade Civil |

Resoluções: nº 2/2010 / nº 3/2010 / nº 1/2011 / nº 7/2011

2. Atribuições da CPA

1. Implementar os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)
2. Conduzir os processos de autoavaliação da Faculdade Campo Real.
3. Constituir grupos de trabalhos, tantos quantos forem necessários;
4. Divulgar junto à comunidade acadêmica a sua composição, agenda de atividades e os dados coletados;
5. Conduzir e coordenar o processo sucessório para composição da CPA.

O Coordenador da CPA é membro efetivo do grupo de trabalho que se reúne quinzenalmente as quintas-feiras e em reuniões extraordinárias, onde são discutidas as ações realizadas e as que serão adotadas pela Faculdade.

3. OBJETIVO DO RELATÓRIO FINAL DA AVALIAÇÃO INTERNA

O objetivo do Relatório é divulgar os resultados da avaliação à comunidade acadêmica à sociedade dado o caráter social da Educação, prestando conta publicamente das suas responsabilidades na formação integral dos alunos. Pretende-se explicitar os instrumentos utilizados na coleta de dados, os métodos de análise empregados, a interpretação dos resultados e conclusões que oferecem algumas respostas às diversas perguntas surgidas durante o processo.

Este relatório pretende ser uma comprovação material do trabalho de autoavaliação institucional realizado, reconhecendo e valorizando o esforço realizado pelos envolvidos na sua construção. Nele devem estar expressas as virtudes, méritos, potencialidades, mas também as omissões, deficiências e fragilidades particularmente dos diversos cursos das Faculdades, no que se referem as dez dimensões previstas em lei e a constante busca da qualidade dos serviços ofertados, reafirmando o compromisso com a sociedade em busca da confirmação da identidade e missão institucional.

4. REGULAMENTAÇÃO

A Lei 10.861, de 14 de Abril de 2004, estabeleceu em seu Artigo 11, o prazo de 60 (sessenta) dias para cada Instituição de Ensino Superior (IES) constituir a sua Comissão Própria de Avaliação “com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP”. De acordo com o Item I do mesmo Artigo 11, que determina “constituição por ato dirigente máximo da IES, ou por previsão no

seu próprio estatuto ou regimento, assegurada à participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada” e de seu Item II que exige “atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES”.

A autoavaliação é uma das modalidades de instrumento avaliativo, instituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que tem como fundamento a “necessidade de promover a melhora da qualidade da Educação Superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais”.

5. SUBSÍDIOS

- a) Plano de desenvolvimento Institucional
- b) Projeto Pedagógico Institucional
- c) Projeto Pedagógico de Curso
- d) Regimento Interno
- e) Avaliação do ENADE
- f) Diretrizes Curriculares
- g) Indicadores Institucionais
- h) Documentos Internos Regulamentados
- i) Convênios e Acordos
- j) Contratos
- k) Relatórios Acadêmicos
- l) Relatórios Administrativo-financeiros
- m) Relatório de Acervo
- n) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- o) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

6. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Faculdade iniciou o processo de autoavaliação em 2004, oportunizando, basicamente, a avaliação do corpo docente pelo corpo discente. A partir das diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES buscou-se ampliar o processo, no qual não só os alunos avaliavam, mas também os professores e funcionários do corpo técnico-administrativo.

O processo de autoavaliação tem sua base nas diretrizes do SINAES, no que diz respeito ao núcleo comum das dez dimensões da Avaliação institucional estabelecidas pela Lei nº. 10.861/04 e se caracteriza pela utilização de procedimentos quantitativos e qualitativos de avaliação e consulta formal, através de questionários, com a participação ampla da comunidade acadêmica em todas as etapas da avaliação, desde a concepção e execução dos instrumentos de avaliação até a análise dos resultados e sua publicação.

A Avaliação institucional da Faculdade é pautada em dados obtidos através do contato permanente com os representantes docentes, discentes, técnico-administrativos, coordenadores de curso, reuniões de coordenações e diretoria, discussões desenvolvidas em cada um dos cursos e seus respectivos colegiados. A comissão de autoavaliação obtém as informações necessárias para identificar os principais problemas enfrentados pela instituição. Essa metodologia adotada conjuga estratégias de sensibilização e coleta de dados, já adotadas no processo de elaboração do PDI, visando atender aos objetivos da avaliação interna proposta pelo SINAES e às especificidades da Faculdade.

A avaliação institucional proposta baseou-se na metodologia participativa, buscando trazer para o âmbito das discussões as opiniões de toda comunidade acadêmica, de forma aberta e cooperativa. A avaliação identifica fragilidades e pontos que requerem melhorias e, forças e potencialidades permitindo aos membros da CPA emitir parecer conclusivo e listar as recomendações necessárias para implementação de melhorias em todas as atividades de ensino, iniciação à pesquisa, extensão, administração da Faculdade, instalações físicas, equipamentos, mobiliários, laboratórios e Biblioteca.

O processo avaliativo é contínuo e organizado em ciclos. Para cada ciclo é elaborado um relatório, apontando as novas diretrizes a serem consideradas pela gestão administrativa. A coordenação geral deste projeto está a cargo da Comissão Própria de Avaliação – CPA.

Após a efetivação do processo de autoavaliação são disponibilizados os resultados obtidos, em cada ciclo, visando a identificação de pontos frágeis com vistas a subsidiar uma análise crítica sobre o próprio processo avaliativo, que acontece através de seminário interno, sob coordenação da CPA, com a participação da comunidade acadêmica. Faz-se um balanço crítico do projeto de avaliação institucional, do seu desenvolvimento e dos resultados alcançados.

Todo processo de autoavaliação é realizado e divulgado, conforme cronograma traçado pela CPA, previsto no Calendário Acadêmico. Baseado nesses indicadores a CPA estabelece suas principais atividades, traçando um conjunto de iniciativas.

A divulgação dos resultados é pública, para tanto é elaborado um perfil institucional que fica à disposição do público no site da instituição. O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica das dimensões avaliadas na instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como, caminhos para superá-los.

7. DESENVOLVIMENTO

7.1 A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

A Faculdade Campo Real foi criada com a missão de formar pela excelência no Ensino, Pesquisa e Extensão, profissionais com sólidos princípios éticos e valores humanos, com espírito inovador que atendam às demandas das comunidades locais e aos desafios globais.

7.1.1 Itens Avaliados

- a) Missão e Valores Institucionais
- b) Objetivos e Finalidades
- c) Políticas
- d) Compromissos da IES
- e) Contexto sócio econômico
- f) Definição das Políticas Institucionais no PPI
- g) Articulação entre o PDI e o PPI em relação às atividades acadêmicas
- h) Conhecimento do PDI e PPI pela comunidade acadêmica
- i) Atualização do Regimento Interno
- j) Perfil do ingressante
- k) Perfil do Egresso

7.1.2 Fonte

- a) Plano de Desenvolvimento Institucional
- b) Regimento Interno
- c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- d) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.1.3 Análise

O perfil institucional como linha norteadora das ações acadêmicas e administrativas está definido no Projeto Pedagógico Institucional, e permeia os demais documentos da Instituição, como o Plano de Desenvolvimento Institucional, Projetos Pedagógicos dos cursos e o Regimento Interno, que explicitam a finalidade, objetivos e compromisso com sua missão pública, enquanto Instituição de Ensino Superior.

O Projeto Pedagógico Institucional, enquanto instrumento político, teórico e metodológico, e o Plano de Desenvolvimento Institucional direcionador das estratégias e metas orientam as atividades administrativas e acadêmicas em sintonia com os objetivos institucionais e a visualização dos entraves, possibilidades e potencialidades no fazer acadêmico. O compromisso da instituição está visível nesses documentos que guiam seu dia a dia.

A Faculdade, desde sua fundação, tem dedicado esforços para elevar a quantidade de cursos oferecidos, primando pela busca da excelência nos serviços ofertados, comprometida com uma educação de qualidade e com o desenvolvimento da região e do país. Atualmente, a Faculdade oferta 10 cursos (Direito, Administração, Letras, Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Psicologia, Enfermagem, Nutrição, Engenharia de Produção, Biomedicina, Engenharia Agrônoma). Bacharelado em Direito foi o primeiro curso autorizado a funcionar, e o mais recente, Engenharia Agrônoma.

O contexto sócio econômico da região onde está inserida demonstra a necessidade de grandes transformações nas suas estruturas sociais, sendo a educação o grande pilar para essas mudanças e cumprindo a Faculdade o dever que lhe foi socialmente outorgado.

As políticas educacionais estão bem definidas no Projeto Pedagógico Institucional que se encontra articulado com o Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas políticas são visíveis e factíveis no Projeto Pedagógico Institucional, nas suas políticas e no PDI através da seleção das

áreas estratégicas, dos objetivos e metas, a existência de previsão de atuação para o ensino, pesquisa, extensão, gestão e avaliação institucional. Em relação ao conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional poderia haver maior divulgação para o corpo discente, somente a Missão, a Visão que estão permanentemente divulgados no *site* e em cartazes por toda a instituição e , para o corpo docente estão disponíveis no Portal do Professor e Sala dos Professores. O Projeto Pedagógico Institucional teve versão resumida impressa e disponibilizada para alunos e professores, na sala dos professores, recepções e biblioteca da instituição. Os representantes de turma também receberam em mãos a versão impressa do Projeto Pedagógico Institucional. A instituição constatou através de pesquisa com o corpo docente, que nem todos os professores conhecem “o que é” o Plano de Desenvolvimento Institucional. A partir dessa constatação foram discutidos com o grupo da CPA a definição de ações como meio de promover um maior conhecimento das referências documentais pela comunidade acadêmica.

O perfil do ingressante não estava definido no Projeto Pedagógico Institucional, sendo que o ingresso ocorre por vestibular, transferência externa, obtenção de novo título, ou pelo Programa Universidade para Todos – PROUNI, os três últimos sem a necessidade de vestibular. Ao se submeter ao processo seletivo, o candidato preenche um questionário socioeconômico, contudo, ainda não existe uma estratificação dos dados. O perfil do egresso está descrito no Projeto Pedagógico de Curso.

7.1.4 Ações Realizadas

Leitura e análise do projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatório da Avaliação Institucional período 2007-2009, entrevistas com acadêmicos e professores da instituição.

7.1.5 Fragilidades

- a) Divulgação inadequada do PDI
- b) Baixa apropriação do PDI pelos discentes
- c) Baixa apropriação do PDI pelos docentes
- d) Baixa apropriação do PPI pelos discentes
- e) Baixa apropriação do PPI pelos docentes

7.1.6 Potencialidades

- a) O lema “Excelência no Ensino Superior” é amplamente divulgado;
- b) As metas são claras em relação aos objetivos institucionais;
- c) Sintonia entre os Projetos desenvolvidos e as Políticas definidas no PPI;
- d) O Plano de Desenvolvimento Institucional e o projeto Institucional são documentos norteadores do fazer acadêmico e coerentes entre si;
- e) Construído o perfil do ingressante;
- f) Perfil do Egresso em construção;
- g) Revisão do Regimento Interno;
- h) A Missão e os valores institucionais são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica.

7.2 A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

7.2.1 Ensino

7.2.1.1 Itens Avaliados

- a) Organização didático-pedagógica;
- b) Práticas Pedagógicas na construção do conhecimento;
- c) Práticas de avaliação do Processo ensino-aprendizagem;
- d) Currículo e o perfil desejado;
- e) Busca e aplicação de tecnologias no ensino;
- f) Participação dos docentes no desenvolvimento do PPC.

7.2.1.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos cursos;
- c) Relatórios do ENADE (2006, 2008, 2009);
- d) Diretrizes Curriculares Nacionais;
- e) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.2.1.3 Análise

O currículo e a organização didático-pedagógica dos cursos estão de acordo com os objetivos da instituição e as diretrizes curriculares Nacionais. A integralização mínima e máxima plenamente atendidas dentro dos requisitos legais, os planos de ensino e a bibliografia atualizados. A reforma curricular é uma prática que faz parte do repensar dos cursos, por força da legislação vigente, ou pela constatação da necessidade de adequações sentida pelo colegiado e Núcleo docente Estruturante dos Cursos - NDE. A melhoria no currículo objetiva o aperfeiçoamento no perfil do egresso. Essa mudança parte do grupo de professores, que são responsáveis pelas atualizações das disciplinas, ementas, bibliografias. A avaliação da aprendizagem está coerente com os Projetos Pedagógicos dos cursos, com foco na aprendizagem e está prevista no Regimento Interno da IES. O Projeto Pedagógico Institucional e o Regimento Interno, também estão a disposição da comunidade acadêmica na biblioteca. Percebe-se que, em alguns casos, a interdisciplinaridade é, ainda, uma prática que merece aprimoramento. É preciso criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes disciplinas para o enriquecimento do processo de aprendizagem.

Grande parte do corpo docente da Faculdade tem na sua formação inicial, ou continuada, disciplinas ou cursos na área da docência. A IES ofertará em 2011 curso de pós-graduação *lato sensu* em Didática do Ensino Superior, o que visa garantir ao profissional oriundo de um curso de bacharelado atuar com segurança na área da docência, ministrando disciplinas específicas de seu curso de formação inicial.

A Instituição está aprimorando o uso de novas tecnologias educacionais para aproximar o presencial do virtual na graduação. Em entrevista com alguns membros discentes e docentes que utilizam essa prática, observou-se um saldo altamente positivo, pois alguns alunos que apresentavam dificuldade com o uso de tecnologias, hoje já se comunicam de maneira virtual, obtendo bom desempenho no uso desses recursos e maior ganho na aprendizagem.

7.2.1.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, das Diretrizes Curriculares Nacionais, Relatórios do ENADE 2006 (Administração, Comunicação Social com Habilitação em Publicidade e Propaganda, Direito), 2008 (Letras), e o de 2009 (Administração, Psicologia – somente ingressantes, Direito, e Comunicação Social - Habilitação Publicidade e Propaganda) análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.2.1.5 Fragilidades

- a) Baixa apropriação dos Projetos Pedagógicos de cursos pelos discentes;
- b) Incipientes as práticas de interdisciplinaridade;
- c) Incipiente uso de ambiente virtual de ensino;

7.2.1.6 Potencialidades

- a) O Projeto Pedagógico dos cursos refletem fundamentos, princípios e diretrizes dos Projetos de Desenvolvimento Institucional e Projeto Pedagógico Institucional;
- b) Coerência entre organização curricular, os objetivos e o perfil do egresso;
- c) Revisão e atualização sistemática das matrizes curriculares;
- d) Regular investimento quanto à utilização e disponibilidade de novas tecnologias no ensino;
- e) Cumprimento das metas para o ensino com alcance de pequeno e médio prazo;

7.2.2 Pesquisa

7.2.2.1 Itens avaliados

- a) Políticas e Práticas Institucionais para a iniciação científica;
- b) Articulação da iniciação científica com as demais atividades acadêmicas;
- c) Critérios para o desenvolvimento da iniciação científica, participação docente e discente e divulgação dos trabalhos.

7.2.2.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Projeto de Iniciação Científica;
- e) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.2.2.3 Análise

As Políticas e práticas Institucionais para a Iniciação científica da IES estão definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no projeto Pedagógico Institucional. A Faculdade oferece formas de o aluno ingressar na investigação acadêmica, como por exemplo a Iniciação Científica e através de Grupos de Estudos que poderão ser realizados com execução de projetos de pesquisa sob orientação de professores com qualificação acadêmica e prática de pesquisa, ou ainda com planos de trabalho, em que a pesquisa do aluno se integre a um projeto desenvolvido por professores.

Diante da análise dos resultados, constataram-se alguns pontos de destaque tais como a existência de um grupo de docentes aptos para atuarem na Iniciação Científica, a institucionalização e impressão da Revista Científica *Propagare* e da Revista de Iniciação Científica. Essas ações permitem à comunidade acadêmica enveredar rumo à Iniciação Científica, para isso basta determinação das partes diretamente envolvidas.

7.2.2.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projeto de Iniciação Científica, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.2.2.5 Fragilidades

- a) Carência de mecanismo institucionalizado, eletrônico para a divulgação da produção acadêmica;
- b) Incipiente fonte de fomento.

7.2.2.6 Potencialidades

- a) Existência de um grupo de docentes capacitados para a Iniciação Científica;
- b) Institucionalização de um Programa de Iniciação Científica;
- c) Institucionalização da Revista de Iniciação Científica;
- d) Institucionalização da *Revista Propagare* - Revista Científica da Faculdade Campo Real.

7.2.3 Extensão

7.2.3.1 Itens Avaliados

- a) Políticas institucionais de extensão;
- b) Articulação da extensão com as demais atividades acadêmicas;
- c) Participação dos discentes nas ações extensionistas na formação discente;
- d) A contribuição das ações de extensão para a comunidade acadêmica;
- e) Relevância das atividades de extensão para a comunidade acadêmica;
- f) Relevância das atividades de extensão para a comunidade em que a instituição está inserida.

7.2.3.2 Fonte

- a) PDI e PPI;

- b) Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- c) Regulamento das Atividades Complementares;
- d) Projetos de Extensão;
- e) Relatórios de Atividades dos Cursos;
- f) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;
- g) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.2.3.3 Análise

A extensão se consolida como uma responsabilidade da Instituição com o seu entorno, por meio da qual se torna um canal para compartilhar os saberes, visando a transformações sociais, econômicas e políticas e é fator integrador das diversas atividades acadêmicas que têm como compromisso:

- a) Promover ações que favoreçam a parceria entre a Faculdade e a comunidade;
- b) Comprometer a comunidade acadêmica com o desenvolvimento social local e do país;
- c) Estimular parcerias que viabilizem atividades com setores da sociedade para incentivar a cooperação com o mundo do trabalho e a solidariedade;
- d) Compor parcerias em busca de ampliação de oportunidades e o seu autossustento;
- e) Avaliar, sistematicamente, o programa de extensão, verificando se reflete os objetivos esperados.

As atividades de extensão que são desenvolvidas têm reflexos na integração da comunidade acadêmica. Essas ações buscam divulgar junto à comunidade, especialmente junto àqueles que integram o meio acadêmico, o resultado de trabalhos produzidos pelos alunos, sob a orientação dos docentes a exemplo da Semana de Iniciação Científica que é um evento anual e envolve todos os cursos e toda a comunidade acadêmica. As monografias dos egressos que obtiveram destaque têm espaço para apresentação e discussão.

A Faculdade estimula e cria oportunidade para que os alunos exerçam a prática do seu aprendizado juntamente com a comunidade. Atividades que se classificam como eventos, projetos e cursos de extensão contam com participação dos alunos, supervisão dos coordenadores de curso e do coordenador das atividades de extensão e pós-graduação. É acompanhado também pela coordenação de atividades complementares, que integra tais atividades e mantém o controle da efetividade e resultados finais.

7.2.3.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, Projeto Pedagógico dos Cursos, Projetos de Extensão, análise dos relatórios semestrais de Autoavaliação Institucional e Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.2.3.5 Fragilidades

- a) Insuficiente avaliação sistematizada para os projetos de extensão;
- b) Insuficiente demanda para cursos de extensão em algumas áreas.

7.2.3.6 Potencialidades

- a) Extensão articulada com a matriz curricular dos cursos;
- b) A existência de um órgão que coordena as atividades de extensão;
- c) Implantação de um Programa Institucionalizado para as Atividades de extensão;
- d) Oferta de cursos e projetos de extensão em todo as áreas;
- e) Participação da comunidade acadêmica nos projetos de extensão;
- f) Envolvimento da comunidade externa nos projetos de extensão;
- g) Oferta de atividades de extensão em consonância com as sugestões de docentes e discentes.

7.2.4 Pós-graduação

7.2.4.1 Itens Avaliados

- a) Políticas Institucionais para a Pós-graduação;
- b) Integração entre a Graduação e Pós-graduação;
- c) Expansão e manutenção da pós-graduação;
- d) Cursos ofertados no período 2007-2009;
- e) Incentivo à qualificação do professor para o magistério superior.

7.2.4.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatório de Oferta de Cursos. Período 2007-2009
- d) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.2.4.3 Análise

As políticas de pós-graduação da IES estão definidas nos documentos oficiais norteadores da *praxis* institucional – PDI, PPI e Regimento Interno e as práticas implementadas estão em consonância com o definido.

Vale ressaltar que os cursos oferecidos estão em plena sintonia tanto com a formação acadêmica, quanto com as demandas regionais, visando atingir também a comunidade externa.

As fragilidades da Pós-graduação institucional foram detectadas principalmente na inexistência de avaliação sistematizada para os cursos de Pós-graduação *lato sensu* e a falta de uma política que incentive a produção intelectual, artística e cultural.

7.2.4.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, Projetos de Extensão, Relatório de Oferta de cursos no período 2008-2010, Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.2.4.5 Fragilidades

- a) Inexistência de mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- b) Insuficiência de avaliação sistematizada para os cursos de pós-graduação *lato sensu*;
- c) Carência de uma política de incentivo para a produção intelectual, artística e cultural.

7.2.4.6 Potencialidades

- a) Incentivo à participação e frequência do corpo discente, docente e administrativo nos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela IES.
- b) Incentivo à participação e frequência da comunidade externa.

73 A Responsabilidade Social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição Social, ao Desenvolvimento Econômico e social, à defesa do Meio ambiente, da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural.

7.3.1 Itens Avaliados

- a) Transferência de conhecimento para o desenvolvimento regional e nacional;
- b) Relação com os setores públicos, produtivos e com o mercado de trabalho;
- c) Relação com instituições sociais, culturais e educativas;
- d) Ações voltadas para o desenvolvimento da democracia e da promoção da cidadania;
- e) Ações desenvolvidas para a inclusão e assistência aos integrantes da comunidade acadêmica;
- f) Inclusão social;

7.3.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projeto Pedagógico dos Cursos;
- c) Relatório de Atividades;
- d) Convênios/Acordos para fins de responsabilidade social;
- e) Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.3.3.3 Análise

A Faculdade, através dos projetos pedagógicos, formaliza orientação e propicia aos acadêmicos desenvolvimento de atitude com relação à responsabilidade social, para isso organiza e desenvolve projetos, tanto de forma autônoma, quanto em forma de parceria com ONG's e com órgãos públicos e privados, visando implementar as políticas contidas nos documentos oficiais vigentes. Com isso, busca assegurar a transferência de conhecimentos para o desenvolvimento regional e nacional.

As questões ambientais estão relacionadas às mais diversas áreas, sendo muito importante a oportunidade multidisciplinar de momentos que proporcionem reflexão e um olhar especial a esta causa. Diante disso, a Instituição por meio do Projeto Consciência Limpa promoveu ações, entre elas a II Mostra de Ações em Defesa do Meio Ambiente, com ampla adesão de ONGs, Instituições de Ensino e Empresas locais. Relacionado à causa, foram realizadas exposições de Arte promovidas pelo Projeto Arte em Campo, da Faculdade. O Projeto Arte em Campo, por meio de programa institucionalizado promoveu diversas exposições com obras de artistas locais e apresentações culturais diversas, com o intuito de incentivar e divulgar a arte e cultura de Guarapuava e região.

A implantação da Clínica Multidisciplinar proporcionou mais um espaço para o desenvolvimento de projetos sociais, por realizar atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava. Complementa a formação profissional dos alunos dos cursos da Saúde, incentivando a iniciação à pesquisa científica

e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos, sendo também campo para os estágios curriculares obrigatórios.

Preocupada com a permanência dos discentes no ensino superior, a Instituição mantém Programas de Financiamento e de Bolsas, sendo que no final de 2011, 50% dos acadêmicos possuíam algum tipo de benefício. A exemplo: FIES (11,7% dos acadêmicos acessaram o benefício), PROUNI (16,7% dos acadêmicos acessaram o benefício), Convênios (6,6% dos acadêmicos acessaram o benefício), Incentivo ao Funcionário Aluno ou familiar direto (46,8% dos funcionários acessaram o benefício). Para facilitar e incentivar o acesso e permanência no ensino superior foram criados os Programas Financiamento Interno Campo Real - FICAR (6,9% dos acadêmicos acessaram o benefício) e Amigo Real (6,8% dos acadêmicos acessaram o benefício). O benefício Amigo Real oportuniza descontos cumulativos àqueles que apresentarem amigos que tenham matrícula efetivada; o benefício persiste enquanto o aluno indicado permanecer matriculado.

Esses programas visam alcançar pessoas oriundas de famílias com baixo poder aquisitivo e as oportuniza inclusão e permanência no meio acadêmico. Essa é uma forma de inclusão de alunos que estavam em situação desfavorecida visando prepará-los para o mercado de trabalho. Algumas ações têm respaldo de parcerias com órgãos públicos e setores produtivos.

Há preocupação da instituição em trabalhar o tema responsabilidade social nas atividades de ensino e para oficializar essa ação oferecem, durante o percurso do acadêmico, seminários e encontros que versam sobre o tema e possibilitam vivência e aplicabilidade com as ações de responsabilidade social.

A oferta de cursos visando o desenvolvimento regional, a concessão de bolsas, a existência de fontes de financiamento estudantil e a diversidade de ações para o desenvolvimento das finalidades institucionais são ações que realçam a Responsabilidade Social institucional.

Destaca-se que a Ação Social da Instituição é cada vez mais reconhecida e requisitada pela comunidade local e da região. Foi reconhecida também pela ABMES – Associação Brasileira de Mantenedores do Ensino Superior e pelo Movimento Nós Podemos Paraná, do sistema FIEP, sendo condecorada com o Selo de Instituição Parceira para os Objetivos do Milênio.

7.3.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, dos Relatórios de Atividades Complementares, dos Convênios e Termos de compromisso para fins de responsabilidade social, dos Relatórios de dados de bolsa, desconto e financiamento estudantil e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.3.5 Fragilidades

- a) Insuficiência de informações sistematizadas sobre benefícios sociais resultantes das ações institucionais;
- b) Insipiente continuidade de ações junto ao mesmo público-alvo beneficiado.

7.3.6 Potencialidades

- a) Oferta de cursos visando o desenvolvimento regional;
- b) Concessão de bolsas;
- c) Existência de fontes de financiamento estudantil;
- d) Difusão para a comunidade acadêmica das ações voltadas para o desenvolvimento social;
- e) Conscientização do corpo discente quanto a sua responsabilidade social, ainda enquanto acadêmicos, e posteriormente, como profissionais;
- f) Programa Institucionalizado de incentivo e divulgação da Arte e Cultura;
- g) Programa Institucionalizado de ações que promovem e incentivam a defesa do meio ambiente;
- h) Diversificação de propostas de atividades sociais promovidas pela Instituição;
- i) Reconhecimento da sociedade em relação à responsabilidade social da Instituição.

7.4 A Comunicação com a sociedade

7.4.1 Itens Avaliados

- a) Políticas para a comunicação;
- b) Recursos e qualidade da comunicação interna;
- c) Estratégias e recursos na comunicação externa;
- d) Serviço de Ouvidoria;
- e) Comprometimento da comunicação interna e externa com a missão e os objetivos institucionais;
- f) Imagem pública da Instituição nos meios de comunicação social.

7.4.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Site da Instituição
- c) Manual do Docente;
- d) Manual do Discente;
- e) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.4.3 Análise

As políticas para a comunicação estão definidas através de canais de comunicação e sistema de informação que funcionam e garantem a clareza da organização, da gestão e a visão de futuro. Existem mecanismos definidos para a coleta, sistematização e divulgação da informação e sua respectiva periodicidade.

Para garantir a articulação entre os diversos setores institucionais utilizam-se os serviços da Tecnologia da Informação e Comunicação *internet* e *intranet* que além de divulgação funcionam como mecanismos que colaboram na tomada de decisões, bem como nas funções de acompanhamento e controle.

Nas estratégias e recursos na comunicação externa a IES mantém práticas consolidadas de divulgação com visão de futuro e que permitam dialogar com o entorno a fim de identificar demandas, bem como formas de apoio acadêmico e institucional e utiliza meios de comunicação

fidedignos e eficazes que democratizam e facilitam o acesso às informações, aos trabalhos e as atividades realizadas na IES.

Há a divulgação pública dos critérios de seleção e admissão de estudantes.

Com a implantação da ouvidoria, tornou mais rápida e prática a resolução de pedidos e reclamações dos acadêmicos e docentes. A ouvidoria é um canal onde os alunos, docentes e instituição estão interligados para melhoria da comunicação interna.

7.4.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Projetos Pedagógicos de Curso, do Manual do Docente e do Discente e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.4.5 Fragilidades

a) A divulgação das informações institucionais de interesse dos discentes nem sempre atingem o alvo, ou seja, os acadêmicos.

7.4.6 Potencialidades

- a) Existência de órgão estruturado para a comunicação e marketing;
- b) O site permite interatividade entre a comunidade acadêmica e a Faculdade;
- c) Email institucional como instrumento de comunicação entre seus pares;
- d) Imagem pública da Faculdade é forte, conhecida pelo slogan “Excelência no Ensino Superior”;
- e) “Contato com o Diretor”, canal eficiente de comunicação;
- f) “Fale Conosco” – Canal eficiente de comunicação;
- g) “Trabalhe Conosco” – Canal eficiente de comunicação.

7.5 As Políticas de Pessoal, as Carreiras do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, seu Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e suas condições de trabalho.

7.5.1 Itens avaliados

- a) Critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo;
- b) Plano de Cargos, Carreira e Salários homologado e implantado para o corpo docente e técnico-administrativo;
- c) Programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo;
- d) Estrutura de Poder;
- e) Clima Institucional e Relações interpessoais;
- f) Grau de satisfação pessoal e profissional;
- g) Experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo e os objetivos institucionais.

7.5.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Planos de Cargos, Carreiras e Salários;
- c) Relação do Corpo Docente;
- d) Regimento Interno da IES;
- e) Quadro do Corpo Docente e Regime de Trabalho (integral, parcial e horista);
- f) Quadro do Corpo Docente e titulação (doutor, mestre e especialista);
- g) Quadro do Corpo Docente e Experiência no Magistério Superior e profissional;
- h) Relação de funcionários do corpo técnico-administrativos;
- i) Escolaridade do corpo técnico-administrativos;
- j) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.5.3 Análise

Da análise dos documentos que avaliam as Políticas de Pessoal, as Carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, o Aperfeiçoamento, Desenvolvimento Profissional e as condições de trabalho, conclui-se que os critérios de admissão e de progressão do corpo docente e administrativo estão definidos nos documentos oficiais, muito embora nem sempre as admissões ocorram pelo Processo Seletivo Institucionalizado. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários para docentes foi homologado e imediatamente implantado em outubro de 2010, e do corpo Técnico-administrativo em dezembro de 2010.

No programa de qualificação profissional e acompanhamento do trabalho para o corpo docente e técnico-administrativo foi identificado que a instituição apoia a participação dos docentes em cursos de formação permanente, existindo uma política de formação, com programa planejado semestralmente para docentes e anualmente para o corpo Técnico-administrativo, como também conta com equipe do NAPP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico, para suporte técnico e orientação didático-pedagógica.

Com referência ao item estrutura de poder, a Faculdade conta com procedimentos adequados para conduzir os processos de tomadas de decisão dentro de uma estrutura organizacional colegiada em conformidade com o Regimento Interno da IES.

A deliberação das decisões, dentro dos cursos, acontece via colegiado de curso constituída do coordenador e de representantes dos corpos docente e discente, e quando há necessidade de uma tomada de decisão institucional, a Diretoria Geral a define, juntamente com a mantenedora.

O clima institucional e a satisfação nas relações interpessoais são incentivados, realçando os índices de satisfação pessoal e profissional.

A experiência e formação do corpo docente e do técnico-administrativo atende os objetivos institucionais. O corpo docente e administrativo da IES passa por uma seleção para ingresso. Nessa fase é averiguada a experiência e a formação.

Para garantir a formação permanente, a IES oferece através do NAPP Programa de Formação Permanente, e em 2011, Curso de pós-graduação *lato sensu* em Docência do Ensino Superior, destinada também aos professores da IES visando propiciar àqueles oriundos de bacharelado noções de Didática e técnicas atualizadas de ensino.

O corpo técnico-administrativo apresenta 42,6% dos seus funcionários com graduação concluída, sendo que 17% deles optaram pelo incentivo e benefícios da Instituição para cursar um dos cursos de graduação ofertados pela Instituição.

7.5.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, da Relação do Corpo Docente e dos Funcionários Técnico-administrativos, do Relatório Qualitativo do Corpo Docente e do Corpo Técnico-administrativo, Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009 e Reunião com o Corpo Técnico-administrativo.

7.5.5 Fragilidades

- a) Pouco envolvimento do corpo docente em pós-graduação e pesquisa.
- b) Baixa apropriação do Plano de Cargo e Salários pelos docentes.

7.5.6 Potencialidades

- a) Critérios de admissão do corpo docente bem definido;
- b) Clima organizacional e as relações interpessoais são boas;
- c) Apoio à formação permanente para o corpo técnico-administrativo;
- d) Programa de formação permanente para corpo técnico-administrativo;
- e) Perfil do Corpo técnico-administrativo coerente com objetivos institucionais;
- f) Projeto e ações voltadas para o acompanhamento do trabalho docente;
- g) Promoção de eventos para formação pedagógica permanente;
- h) Assessoramento pedagógico aos Coordenadores e Professores;
- i) Satisfação dos docentes em relação às condições de trabalho.

7.6 Organização e Gestão da Instituição, especialmente o Funcionamento e Representatividade dos Colegiados, sua Independência e Autonomia na Relação com a Mantenedora, e a participação dos segmentos.

7.6.1 Itens avaliados

- a) Gestão Institucional e a coerência com os objetivos institucionais;
- b) Estrutura organizacional;
- c) Modelo de participação dos atores na gestão;
- d) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Superior;
- e) Funcionamento, composição, atribuição e autonomia do conselho Acadêmico;
- f) Instâncias de Apoio para tomada de decisão;
- g) Sistema de recursos de informação e comunicação;
- h) Sistema de arquivo e registro acadêmico;

7.6.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Regimento Interno da IES;
- c) Normas Internas;
- d) Atos de órgãos colegiados;
- e) Funcionamento do sistema de informação;
- f) Organograma;
- g) Contratos de prestação de serviços;
- f) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional;

h) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.6.3 Análise

Na análise feita nos resultados da avaliação no item Organização e Gestão da Instituição observou-se que a Gestão Institucional está coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais PDI e PPI.

A estruturação e funcionamento, composição, atribuição e autonomia do Conselho Superior estão de acordo com o contido nos documentos oficiais. A autonomia, os critérios de indicação e recondução dos membros, a periodicidade das reuniões, o registro das deliberações feitas em atas, toda a estrutura expressa uma diretriz de ação, acessível ao conhecimento da comunidade interna e externa.

Registrou-se que está implantado e implementado o funcionamento, composição, atribuição e autonomia do CONSEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que existe periodicidade definida para as reuniões ordinárias. As reuniões têm suas deliberações registradas em atas, sendo que a periodicidade das reuniões garante as tratativas acadêmicas e as deliberações têm maior credibilidade entre os atores envolvidos porque resulta uma decisão colegiada.

Registra-se a existência do sistema de recursos de informação e comunicação, especialmente o que recebe apoio da tecnologia da informação a exemplo da *internet* e da *intranet* que facilitam e agilizam sobremaneira a comunicação interna e ajudam na divulgação das ações desenvolvidas ou em desenvolvimento na IES.

Desfecha-se a gestão institucional com ênfase para a existência do sistema de arquivo e registro acadêmico que permite também fazer a memória da vida acadêmica dos alunos matriculados na IES.

7.6.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, das Normas Internas, das Atas dos Colegiados, do Organograma, do Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009, dos Contratos de prestação de Serviços, Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e Reunião com a Secretaria Acadêmica e o Núcleo de Tecnologia e Informática.

7.6.5 Fragilidades

a) Baixa apropriação da legislação institucional para o corpo discente;

7.6.6 Potencialidades

a) Equipe estruturada para regularizar, arquivar e recuperar atos normativos institucionais;

b) Adequação da estrutura organizacional aos objetivos e metas da instituição;

c) Sistema de informação, registro e arquivo adequados às necessidades de planejamento da instituição;

c) A legislação institucional à disposição de toda comunidade acadêmica;

d) Fluxo adequado de comunicação entre os níveis da estrutura organizacional;

e) Regularidade do funcionamento dos órgãos colegiados;

f) Representação de todos os segmentos acadêmicos.

7.7 Infraestrutura física, especialmente a de Ensino e de Pesquisa, Biblioteca, Recursos de Informação e Comunicação.

7.7.1 Itens avaliados

a) Instalações gerais quanto ao número, acústica, iluminação, ventilação, mobiliário e limpeza para implementação dos objetivos e fins institucionais;

b) Instalações acadêmico administrativas para atendimento à comunidade acadêmica segundo os objetivos e fins institucionais;

c) Condições de acesso para portadores de deficiência;

d) Conservação e manutenção das instalações físicas coerente com o plano nos documentos oficiais;

e) Acesso à equipe de informática, recursos audiovisuais, multimídia, internet e intranet, em função das necessidades do Ensino, Pesquisa e Extensão;

f) Políticas institucionais de expansão, atualização e conservação dos equipamentos, de acordo com o plano nos documentos oficiais;

g) Infraestrutura de apoio para o desenvolvimento das atividades acadêmicas;

h) Instalações da biblioteca e serviços ofertados;

i) Instalações e laboratórios específicos e serviços ofertados;

7.7.2 Fonte

a) PDI e PPI;

b) Relatório de infraestrutura;

c) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional

d) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.7.3 Análise

Na visão do corpo discente, docente e do corpo técnico administrativo, a infraestrutura física e acadêmica da instituição, incluindo o atendimento do pessoal, está avaliada como boa.

Os procedimentos de limpeza e conservação do prédio têm por objetivo proporcionar à comunidade (alunos, professores e funcionários), maior conforto e plenas condições para que as atividades-fim sejam buscadas e alcançadas com êxito.

Com relação às normas de segurança, a CIPA disponibiliza procedimentos, orientações e Normas de Segurança da Instituição a todos os funcionários e em especial aos técnicos de laboratório (informática e os casos da área da saúde).

A acessibilidade é respeitada e garantida. O espaço para vagas de estacionamento para portadores de necessidades especiais foi ampliado.

Espaço destinado a estacionamento foi disponibilizado a professores, alunos e funcionários, atendendo parte da demanda.

Foi adquirido um ônibus com 44 poltronas para o transporte de alunos e professores em viagens técnicas e culturais ou outras situações que atendam os objetivos institucionais.

O acesso à rede/web e email corporativo se dá através de senhas emitidas previamente pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI, para o acesso, ficando depois, sob inteira responsabilidade do usuário em alterá-la e administrá-la. Com relação ao acesso às Tecnologias de Informação e comunicação pela administração, a Instituição possui acesso à Internet com restrições a alguns sites. O Setor de NTI teve suas instalações reformadas e adequadas.

O Setor de Serviços Financeiros e o Setor de RH encontram-se na Unidade I, centralizando-se dessa forma o atendimento a esses serviços todos em uma mesma Unidade. A adequação atendeu a facilitação de acesso e atendimento aos alunos e comunidade externa. A construção de novos banheiros nessa Unidade também teve atenção. A Secretaria Acadêmica permanece na Unidade I, recebendo também atenção na compra de novos computadores e adequação dos arquivos.

Nova área de convivência foi disponibilizada para alunos, professores e funcionários do corpo técnico administrativo. Nesse espaço conta-se com cozinha, sala de estar, churrasqueira. Anexo, espaço para hospedagem de Professores residentes em outras localidades. As Professoras residentes em outras localidades são hospedadas em espaço também específico para esse fim, próximo à faculdade.

O Setor de Reprografia passou por adequações, com imediata manifestação de satisfação dos alunos e professores. O setor teve seus serviços ampliados também com a oferta de novo espaço para esse fim, localizado na Unidade V da Instituição.

A cantina teve suas instalações e oferta de produtos ampliada. O atendimento e a prestação desse serviço buscam maior satisfação dos alunos com a construção de novo espaço, localizado na Unidade I.

Com relação à estrutura da Biblioteca, o acervo é atualizado continuamente proporcionando à comunidade acadêmica acesso à literatura científica atualizada. Teve investimento significativo, o que refletiu no aumento do índice de satisfação manifestado por alunos e discentes. As instalações foram ampliadas e reestruturadas, a exemplo, as novas cabines de estudo individual, os computadores de acesso aos alunos, os novos pontos de atendimento, a ampliação do espaço para o acervo.

A Instituição possui seis laboratórios de informática, sendo que são atualizados e substituídos conforme a necessidade institucional e acadêmica.

A instituição possui 11 laboratórios de saúde para atender os respectivos cursos e um Centro de Esterilização. A Unidade V disponibiliza Laboratório de Física Experimental, Laboratório de Desenho Técnico, Laboratório de Anatomia e Fisiologia de Animais e Entomologia, Laboratório de Solos e Botânica. Houve considerável investimento na aquisição de equipamentos para melhoria da funcionalidade desses laboratórios.

Para adequar o espaço físico às demandas acadêmico-institucionais, a IES disponibiliza a Fazenda Experimental e a Clínica Multidisciplinar, espaços que complementam a formação profissional, incentivando a iniciação à pesquisa científica e oportunizando a aplicação prática dos conteúdos teóricos. A Fazenda Experimental tem área necessária para atender prioritariamente às aulas do curso de Engenharia Agrônômica. A Clínica Multidisciplinar amplia as possibilidades de aprendizagem e prática para os alunos dos cursos da Saúde e é um espaço destinado para os campos de estágios curriculares obrigatórios, com atendimento clínico prioritariamente junto à comunidade economicamente menos privilegiada do município de Guarapuava.

Contemplando também a adequação do espaço físico, à medida que a IES cresceu, cresceu a necessidade de novas salas de aula e novos laboratórios. Atendendo a essa demanda, a Unidade V sedia as salas de aula dos cursos de Engenharia Agrônômica e Engenharia de Produção e dos laboratórios que atendem os respectivos cursos. A Unidade V oferta também Secretaria Acadêmica, sala das Coordenações, sala dos Professores e serviço de reprografia.

O Curso de Publicidade e Propaganda teve a Unidade II adaptada, ampliando o espaço da Agência Experimental e a aquisição de novos materiais para os laboratórios que atendem o respectivo curso. Foram adquiridos equipamentos para o curso, como computadores, softwares, máquina fotográfica. Telas e data show para demanda das aulas do curso.

O Escritório de Prática Jurídica passou por reestruturação e adequações, sendo instalado em novo espaço na Unidade II, ampliado e adequado às funções, melhorias que possibilitaram maior qualidade no atendimento da comunidade externa e na atuação dos alunos.

A demanda institucional foi atendida também na compra de novos aparelhos de data-show, computadores, máquina fotográfica, filmadora, com orçamento previsto e sem o comprometimento de planejamento financeiro.

O se comparar os projetos de construção e melhoria de espaços físicos com a atual infraestrutura, percebeu-se que muitas ações não foram contempladas no PDI. Surgiu daí a necessidade de uma revisão do PDI, com propostas mais atualizadas e alinhadas à realidade da Faculdade e suas metas de gestão para os próximos anos.

7.7.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Regimento Interno, do Relatório de infraestrutura e visita em todas às instalações, do Relatório Final de Autoavaliação Institucional 2007-2009 e Reuniões com docentes e corpo técnico-administrativo da IES.

7.7.5 Fragilidades

a) Estacionamento insuficiente para a comunidade acadêmica;

7.7.6 Potencialidades

a) Critérios claros para expansão do acervo;

b) Atendimento eficiente da Biblioteca;

c) Espaço adequado de convívio da comunidade acadêmica;

d) Estacionamento apropriado para portadores de deficiência;

e) Área destinada para estacionamento;

f) Unidade específica para os cursos de Engenharias;

g) Adequação do espaço físico às demandas acadêmico-institucionais.

7.8 Planejamento e Avaliação, especialmente em Relação aos processos, Resultados e Eficiência da Autoavaliação Institucional.

7.8.1 Itens avaliados

a) Planejamento geral com os objetivos institucionais e sua efetividade;

- b) Procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica;
- c) Relação entre Autoavaliação e o Planejamento geral;

7.8.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional
- c) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.8.3 Análise

Obedecendo imediatamente a determinação do MEC – Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a autoavaliação foi implantada na Faculdade Campo Real no ano de 2004, o que propiciou o clima institucional da avaliação e foi se adaptando às demandas ministeriais que primam por um processo mais acurado e sistematizado. Atualmente pontua-se o planejamento geral da Autoavaliação em plena consonância com os objetivos institucionais e sua efetividade e, para assegurar essa atividade acadêmica conta-se com o apoio incontinenti e comprometimento da gestão institucional.

Após a elaboração do Relatório de autoavaliação interna, sucedeu-se o trabalho de divulgação dos resultados, por meio de reuniões e discussões críticas ao processo avaliativo e estabelecimento de metas e ações futuras.

Foi elaborado e divulgado um cronograma de ações em função dos resultados do Processo de Avaliação Interna, em consonância com as dimensões avaliadas.

O compromisso da Instituição em relação ao incremento de uma cultura avaliativa fortaleceu-se e todas as coordenações promoveram reformulações e readequações nos Projetos Pedagógicos de seus cursos.

Nos procedimentos da Autoavaliação e a participação da comunidade acadêmica, registra-se a periodicidade semestral para a realização das ações de avaliação interna, visando o diagnóstico mais preciso e construtivo do corpo docente, do corpo discente e do projeto pedagógico, com aplicação de questionários aos alunos e docentes, para maior conhecimento das dificuldades e propostas de ação de melhorias.

Identificou-se que a relação entre a autoavaliação e o planejamento geral resultou na geração de juízos críticos sobre a Instituição, sinalizando fragilidades e oportunidades com vistas à melhoria constante da qualidade dos serviços educacionais prestados à comunidade acadêmica. A autoavaliação permitiu também a criação de mecanismos ao corpo discente, docente e técnico-administrativo participar de forma efetiva dos processos de avaliação da Instituição.

7.8.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.8.5 Fragilidades

a) Inexistência de mecanismo eletrônico para avaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;

7.8.6 Potencialidades

a) Avaliação Institucional implantada em 2004, em conformidade com a Lei nº 10.861, de abril de 2004;

b) Alto comprometimento do corpo discente com a autoavaliação;

c) Direção Geral comprometida com a Avaliação Institucional;

d) Resultado da Autoavaliação divulgado no site da Instituição, pelo NAPP, pelo Corpo Docente, pelos Informativos da CPA e nos Seminários Acadêmicos sobre Avaliação Institucional;

e) Planejamento incorpora ações em função do resultado da autoavaliação;

f) Docentes recebem semestralmente relatórios individuais do resultado quantitativo da avaliação institucional discente;

7.9 Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos

7.9.1 Itens avaliados

a) Políticas de acesso, seleção e permanência de discentes;

- b) Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino;
- c) Dados estatísticos da evolução dos cursos;
- b) Acompanhamento do egresso.

7.9.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Projetos de cursos;
- c) Link do Egresso;
- d) Relatórios do NAPP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico;
- f) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.9.3 Análise

As políticas de apoio ao discente e ao egresso estão definidas no PDI, no PPI, no PPC, no Regimento Interno e documentos oficiais congêneres visando dar conhecimento à comunidade interna e externa dos programas de apoio aos alunos (acadêmicos e os egressos). Para dar continuidade às políticas contam-se com equipes formadas por profissionais especializados visando assegurar o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando orientações de aconselhamento e acompanhamento a adaptação, especialmente aos ingressantes.

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAPP é incrementado para fazer os atendimentos aos alunos e professores diante das adversidades acadêmicas.

As políticas de acesso, seleção e permanência de discentes estão definidas e implementadas. Destaca-se o apoio aos ingressantes como Programa de Nivelamento que visa oportunizar ao aluno ferramentas para ajudá-lo iniciar a trilha acadêmica do conhecimento.

Os dados estatísticos da evolução dos cursos é resultado da interpretação e análise do processo avaliativo institucional, bem como de demanda legal referente aos cursos.

A instituição faz parcerias com instituições de ensino médio, públicas e privadas, permitindo e facilitando aos professores promoverem ações junto às escolas. Entre essas ações destacam-se as palestras e seminários, como também disponibiliza o acesso ao uso das dependências da Faculdade em horários alternativos para a implementação dos estudos em laboratórios, biblioteca, salas de aula, salão nobre.

Foi ampliado o programa de contato com Egressos, com maior divulgação dos cursos ofertados pela Instituição e com registro de informações que pesquisam e ampliam a construção do relatório sobre os índices de satisfação do egresso e seu posicionamento no mercado de trabalho. Verificou-se que 62,5% dos alunos de pós-graduação são egressos.

7.9.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, dos Relatórios Semestrais de Autoavaliação Institucional e do Relatório do link do egresso, Relatórios de bolsas e do Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.9.5 Fragilidades

- a) Dificuldade de atualização dos contatos de parcela dos egressos;
- b) Projeto de acompanhamento do egresso pouco estruturado;
- c) Incentivo insuficiente à participação de eventos e divulgação de trabalhos discentes;
- d) Inexistente mecanismo eletrônico para avaliação da IES pelo egresso.

7.9.6 Potencialidades

- a) Atuação eficiente do NAPP;
- b) Divulgação para egressos dos cursos ofertados pela instituição;
- c) Alta taxa de retorno do egresso para os cursos de pós-graduação.

7.10 Sustentabilidade financeira, tendo em vista o Significado Social da continuidade dos compromissos na oferta da Educação Superior

7.10.1 Itens avaliados

- a) Planejamento e orçamento institucional;
- b) Obrigações trabalhistas.

7.10.2 Fonte

- a) PDI e PPI;
- b) Relação de cursos;
- c) Relação do corpo docente;
- d) Relação do corpo técnico-administrativo;
- e) Folhas de pagamento - 2010/01;
- f) Planilha de liberação de verbas;
- g) Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009

7.10.3 Análise

Existe na Instituição um acompanhamento sistemático e contínuo da área financeira orçamentária. Todos os dados são partilhados e refletidos mensalmente pela Diretoria Financeira em conjunto com a Direção Geral.

Planilhas de previsão orçamentária e cronograma de execução são elaborados no final de cada semestre e encontram-se disponíveis no setor específico. A instituição prioriza a utilização de recursos próprios no desenvolvimento de suas atividades, ampliando suas dependências. A necessidade de equipamentos e reforma na infraestrutura necessária ao atendimento da demanda dos novos cursos está contemplado no orçamento da instituição sem o comprometimento do Planejamento Financeiro.

As obrigações trabalhistas não comprometem a sustentabilidade da Faculdade uma vez que atualmente são cumpridas em sua totalidade, não apresentando nenhuma inadimplência de encargos sociais e trabalhistas.

Os recursos destinados para a formação permanente dos funcionários do corpo técnico administrativo e dos docentes é pequeno.

Atualmente a Faculdade conta com aproximadamente 2000 alunos e existe expectativa de ampliação para os próximos anos, com a implantação de novos cursos na área da saúde. De acordo com as diretrizes apontadas no PDI existem questões que estão sendo atendidas com o objetivo de propor melhoria nos equipamentos, laboratórios e infraestrutura da Faculdade.

Conclui-se, então, que a sustentabilidade financeira da Faculdade apresenta harmonia e estabilidade, de modo a continuar seu compromisso na oferta da educação superior para a comunidade em que está inserida.

7.10.4 Ações realizadas

Leitura e análise do PPI, do PDI, do Relatório dos cursos e quantitativo discente, do Relatório do corpo docente e técnico-administrativo, do Relatório de Autoavaliação Institucional 2007-2009.

7.10.5 Fragilidades

- a) Pouca disponibilidade de recursos para a capacitação de docente;
- b) Pouca disponibilidade de maiores recursos para a iniciação científica.

7.10.6 Potencialidades

- a) Proposta orçamentária coerente com as políticas constantes nos documentos oficiais;
- b) Regular destinação de recursos para a manutenção da infraestrutura;
- c) Regular destinação de recursos para a atualização dos equipamentos;
- d) Pagamento rigorosamente em dia dos salários.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em todo o processo de autoavaliação demonstra-se que a Instituição, em termos gerais realiza a sua missão com qualidade e responsabilidade social. Os problemas revelados nas análises efetuadas demonstram-se na maioria operacionais, infraestrutura enquanto que as potencialidades concentram-se em aspectos essenciais da vida acadêmica como a qualidade do ensino, a competência e responsabilidade dos docentes e administradores, etc. Como aspectos conjunturais estão a necessidade de manutenção da qualidade do corpo docente comprometido com os interesses da Faculdade e do corpo técnico-administrativo em educação e as questões de infraestrutura.

É necessário, entretanto, para que a credibilidade do processo seja garantida, que todas as observações aqui contidas sejam objeto de cuidadosa atenção por parte dos responsáveis pela gestão e pelo planejamento institucional, direção geral em seus diversos níveis e a mantenedora no planejamento estratégico.

A próxima oportunidade de atualização do Plano Institucional deve ser utilizada para dar a devida atenção ao conjunto de informações disponíveis.

Outro ponto a ser considerado é que a autoavaliação realizada não é completa nem definitiva. A continuidade do processo avaliativo é fundamental para aprofundar aspectos hoje revelados, ampliar o universo da avaliação e revelar a evolução institucional.

Finalmente, é de grande relevância o engajamento de todos, administradores, corpo administrativo, docentes e discentes para melhor qualificar e garantir a validade dos procedimentos avaliativos. Uma avaliação crítica do atual processo deve revelar as suas fragilidades e virtudes e, se possível, apresentar propostas de melhorias.

Espera-se, enfim, que este seja o processo que sedimente a cultura avaliativa institucional tornando-o parte da vida institucional.